

CAPITALISMO DEPENDENTE, COM O PAÍS LIMITADO A UMA REVOLUÇÃO “DENTRO DA ORDEM” E O DESENVOLVIMENTO EM FLORESTAN FERNANDES

Ernani Oliveira Martins Roriz ¹

RESUMO. O artigo tem como objetivo analisar as formulações de Florestan Fernandes sobre a dependência da economia brasileira, inserida no sistema capitalista subordinada aos interesses econômicos e políticos das nações econômicas, com interesse da burguesia brasileira em reproduzir internamente as relações de dominação ideológica e exploração econômica, particularmente em um país capitalista dependente como o Brasil e mostrar, ainda, como Florestan Fernandes considera que a revolução social contra a ordem capitalista dependente é condição para o desenvolvimento.

Palavras-chave: Capitalismo dependente. Revolução burguesa. Revolução social, Desenvolvimento autônomo.

ABSTRACT. The article aims to analyze the formulations of Florestan Fernandes on the dependence of the Brazilian economy, inserted in the capitalism system subordinated to the economic and political interests of the economic nations, with interest of the Brazilian bourgeoisie to reproduce internally the relations of ideological domination and economic exploitation, particularly in a dependent capitalist country like Brazil, and to show how Florestan Fernandes considers that the social revolution against the dependent capitalist order is a condition for development.

Keywords: Dependent capitalism. Bourgeois revolution. Social revolution. Self-development.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta parte das reflexões sobre as particularidades do desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil e tem como objetivo analisar as formulações de Florestan Fernandes sobre as particularidades do desenvolvimento do

¹ Mestrando em Educação na PUC-Goiás. Graduado em Direito pela Universidade Luterana de Palmas e em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Uberlândia. Servidor Público da Administração Direta do Poder Executivo do Estado de Goiás. Advogado atuante desde 2012. Email: ernanimartins@msn.com

capitalismo no Brasil, isto é, no modo pelo qual a luta de classes se manifesta no capitalismo dependente, a partir dos eixos estruturais - constitutivos da sociedade de classes e dos eixos dinâmicos, que tratam das particularidades do capitalismo dependente e suas manifestações no espaço e no tempo histórico.

A presença de Florestan Fernandes no espaço acadêmico brasileiro atual é digna de registro. Estudo sobre o estado da arte da presença de Florestan nas teses brasileiras (2000-2010) identificou 62 teses relacionadas com a sua obra. Entre as áreas, destacam-se: Ciências Sociais e Sociologia (23), Educação (15), História (8) e Serviço Social (7). O levantamento evidenciou que 17 resumos continham "Florestan Fernandes", 9 apresentavam a categoria "capitalismo dependente" e 28 valeram-se de seus conceitos para abordar a problemática do desenvolvimento (FREITAS, et al., 2011). A produção bibliográfica que versa sobre diversos aspectos de sua obra é crescente. Entre 1980 e 1989, quarenta trabalhos publicados; entre 1990 e 1999, 145; entre 2000 e 2006, 162 trabalhos (MARIOSA, 2007).

Florestan Fernandes examina a inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial inscrita na manifestação histórica e espacial da luta de classes. Dialogando com a tradição marxista, Florestan Fernandes utiliza os conceitos de padrão dual de expropriação do excedente econômico e padrão compósito de hegemonia burguesa como elementos teóricos para examinar o capitalismo dependente. Esses elementos fazem com que o padrão de acumulação em sociedades capitalistas dependentes apresente uma racionalidade própria que resultará na revolução burguesa atrasada ou transição não clássica ao capitalismo. A natureza antinacional e antidemocrática da burguesia brasileira será marcada, portanto, pela articulação da subalternização externa com os anacronismos internos, gerando o estabelecimento da sagrada aliança entre capital externo e os senhores rurais.

Desta feita, Florestan Fernandes analisa a acumulação capitalista em países capitalistas dependentes considerando que a ausência de uma acumulação originária suficientemente forte para sustentar um desenvolvimento autônomo gerou a transição das economias coloniais para o capitalismo pela inclusão subalternizada na economia mundial e pela manutenção das bases políticas e socioculturais do sistema colonial

associado ao impulso da industrialização e urbanização, caracterizando, assim, o traço ou condição colonial permanente em constante processo de revitalização.

Tal análise aborda o movimento de continuidades e novidades que marcou a passagem do antigo sistema colonial e a escravidão para a constituição da sociedade de classes e o trabalho livre. Um processo que preservou as funções extra-capitalistas caracterizando uma transição que não implicou em um colapso das antigas estruturas coloniais, mas na preservação das estruturas econômicas e político-sociais sob a égide do sistema colonial, tendo como eixo condutor a exportação de produtos primários associada ao impulso da industrialização e da urbanização e gerando, conseqüentemente, a articulação de formas heterogêneas de produção que permitem, até os dias atuais, explorar intensamente o trabalho em bases anticapitalistas, semicapitalistas e capitalistas.

Para recuperarmos estas importantes contribuições de Florestan Fernandes, nos limites deste artigo, estruturamos as reflexões em dois eixos principais. Em um primeiro momento, no item Capitalismo dependente e a Revolução Burguesa no Brasil retomamos as análises de Fernandes sobre o estado de dependência do Brasil como um conceito que expressa a relação de hierarquização que se estabelece entre os países centrais e os da periferia do capitalismo, constituído, portanto, nos marcos do desenvolvimento desigual da economia mundial capitalista que se exprimem na relação centro-periferia. Assim como, também, a burguesia nacional associada à burguesia internacional, para garantia de manutenção de seus interesses, bem como controlou a participação popular com vistas em impedir qualquer possibilidade de construção de uma revolução que tivesse como horizonte uma revolução contra a sua própria ordem. Já em um segundo momento, no item Desenvolvimento Autônomo pela Revolução Social retomamos, novamente, as análises de Florestan Fernandes sobre as classes sociais para o centro da sua formulação teórica, conferindo a elas um papel decisivo, o que vem alterar substancialmente os termos da questão do desenvolvimento. O texto discorre sobre o subdesenvolvimento como sendo gerado condicionado e regulado a partir de fora para anular o efeito, ou seja, a ruptura do subdesenvolvimento se identifica com o repúdio ao capitalismo dependente, o qual só pode desencadear-se a partir de dentro para fora. Florestan explica que a condição para sair do estado de subdesenvolvimento é opor-se à condição de dependência. Não é, pois, o

Revista Científica FAI. ISSN 2526 – 6225 – Volume 3, Número 1, Ano 2018/janeiro a junho.

desenvolvimento que será capaz de vencer o subdesenvolvimento, mas na dependência, que pode surgir o processo de negação da ordem capitalista dependente.

Por fim, tais problematizações indicam a necessidade urgente de retomada da obra de Florestan Fernandes para fundamentar a análise crítica e as ações de enfrentamento dos desafios das sociedades de classes.

CAPITALISMO DEPENDENTE E A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Florestan Fernandes parte da análise de a economia brasileira estar inserida no sistema capitalista, mas uma inserção subordinada aos interesses econômicos e políticos das nações homogêneas. No entanto, essa subordinação não deve ser compreendida como uma imposição *de fora*, mas articulada aos próprios interesses da burguesia brasileira em reproduzir, internamente, relações de dominação ideológica e exploração econômica, pelas relações patrimonialistas e o uso autocrático das instituições oligárquicas que serão reorganizados para viabilizar a associação das oligarquias com os setores intermediários em formação e com o imperialismo constituindo um padrão compósito de hegemonia burguesa.

Por isso tal padrão de hegemonia burguesa anima uma racionalidade extremamente conservadora, na qual prevalece o intento de proteger a ordem, a propriedade individual, a iniciativa privada, a livre empresa e a associação dependente, vistas como fins instrumentais para a perpetuação do superprivilegiamento econômico, sociocultural e político, analisado por Fernandes como: “As próprias associações de classe, acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estadual, de acordo com seus fins particulares”(Fernandes, 1975, p. 204).

Este padrão compósito de hegemonia burguesa faz com que a burguesia associe-se ao imperialismo e, simultaneamente, aos setores mais arcaicos da economia brasileira, configurando o padrão dual de expropriação do excedente econômico. Desta forma, a riqueza produzida coletivamente pelos trabalhadores é repartida entre burguesia internacional e burguesia brasileira, duas faces de um mesmo projeto de dominação.

A relação que é historicamente estabelecida entre padrão compósito de hegemonia burguesa e padrão dual de expropriação do excedente econômico ganha materialidade a partir do traço ou condição colonial permanente definido por Fernandes (1968, p. 26) nos seguintes termos:

Está claro que essa condição se altera continuamente: primeiro, se prende ao antigo sistema colonial; depois se associa ao tipo de colonialismo criado pelo imperialismo das primeiras grandes potências mundiais; na atualidade, vincula-se aos efeitos do capitalismo monopolista na integração da economia internacional. Ela se redefine no curso da história, mas de tal modo que a posição heteronômica da economia do país, em sua estrutura e funcionamento, mantém-se constante. O que varia, porque depende da calibração dos fatores externos envolvidos, é a natureza do nexo da dependência, a polarização da hegemonia e o poder de determinação do núcleo dominante.

Se nas economias capitalistas hegemônicas a apropriação colonial foi um dos fatores geradores da acumulação originária de capital, nas sociedades capitalistas dependentes a transição ao capitalismo ocorreu pela perda constante e crescente de parte substancial do seu excedente econômico. Este é um eixo central da análise de Florestan Fernandes: uma economia de mercado capitalista que crescia com o excedente econômico transferido ou pilhado das economias coloniais, fazendo com que a economia de mercado das sociedades capitalistas dependentes apresentasse dimensões estruturais e dinâmicas determinadas por sua condição heteronômica.

A acumulação capitalista em terras brasileiras não contou com uma acumulação originária, suficientemente forte, para sustentar um desenvolvimento econômico autônomo. Também não destruiu as estruturas econômicas e sociais arcaicas. A transição inicial das economias coloniais para o capitalismo moderno se fez sob o impulso da inclusão no mercado mundial pela transferência de capitais, técnicas, instituições econômicas e agentes humanos treinados e sem implicar em colapso das antigas estruturas coloniais, na medida em que a comercialização de matéria-prima no mercado mundial exigia a sua persistência.

Este processo resultou em particularidades na mercantilização do trabalho em um país capitalista dependente, caracterizando como foi constituído o mercado de

Revista Científica FAI. ISSN 2526 – 6225 – Volume 3, Número 1, Ano 2018/janeiro a junho.

trabalho interno e como se deu a transição entre extinção do sistema colonial e a implantação do trabalho livre, vendido como mercadoria. Florestan Fernandes evidencia que, no Brasil, o mercado de trabalho não funciona segundo os requisitos de uma economia capitalista competitiva, não preenche sequer a função de incluir todos os vendedores reais ou potenciais da força de trabalho, pois a sua mercantilização ocorreu nos marcos da sobrevivência das economias de subsistência.

Neste sentido, o assalariamento é concebido como um privilégio econômico e social na medida em que não está integrado da mesma forma que o capitalismo avançado, pois precisa equilibrar estruturas econômicas em diferentes estágios de evolução econômica, e não exprime equilíbrio articulado do todo, pois as transformações econômicas não foram acompanhadas de transformações substanciais na estrutura social de distribuição de renda dos diferentes estratos da população, expressando, inclusive, a concentração racial da renda, do prestígio e do poder para os brancos.

É neste quadro que a questão da heteronomia racial está inscrita. Além de favorecer os interesses externos, essa política revitaliza, sob condições modernas, estruturas de poder e de privilégios arcaicos e antissociais.

Assim, “o capitalismo dependente gera, ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento social, cultural e político. Em ambos os casos, ele une o arcaico ao moderno e suscita, seja a arcaização do moderno, seja a modernização do arcaico” (Fernandes, 1968, p. 61).

Esta condição de heteronomia permanente articula o padrão dependente de desenvolvimento e o padrão de mercantilização do trabalho formando as bases do padrão brasileiro de relação racial que tem sua origem nas relações escravistas, mas que é extremamente funcional à ordem burguesa.

Para a constituição do processo de transição da economia agrária para uma economia urbano-industrial, Florestan afirmava a existência de saltos históricos, estes que são constituídos pela assimilação de técnicas, instituições e valores sociais importados de países centrais, mas reinterpretados e adaptados à dinâmica nacional capitalista, como o Brasil.

Na crítica sobre ao desenvolvimento desigual, pelas relações que se estabelecem com as nações hegemônicas, pela presença de pactos de dominação entre a burguesia industrial e o setor agrário, é que Florestan trabalha dialeticamente duas dinâmicas do capitalismo no Brasil: as leis gerais que regem esse modo de produção e, ao mesmo tempo, as especificidades da formação social brasileira.

É nesse cenário que se apresenta o debate sobre um estado de dependência fundamental; a dependência como um conceito que expressa a relação de hierarquização que se estabelece entre os países centrais e os da periferia do capitalismo. O conceito de dependência é constituído, portanto, nos marcos do desenvolvimento desigual da economia mundial capitalista que se exprimem na relação centro-periferia.

Com relação a dependência cultural, Florestan a toma como parte importante da sua elaboração. Pergunta-se quais as razões desta situação de dependência cultural. As primeiras respostas que sua formulação encontra no nível das relações entre a produção intelectual e as necessidades e solicitações do meio social imediato da sociedade local. Compara "Brasil" e "Europa" como dois universos distintos: "Na Europa, os processos de desenvolvimento do pensamento, da economia e da sociedade podem ser interpretados como processos interdependentes. É visível a ligação do pensamento com a solução de problemas que se colocaram no plano da ação política ou da transformação econômica. No Brasil essa ligação não é perceptível com a mesma clareza, devido ao fato do saber racional utilizado não se ter constituído e desenvolvido como produto das exigências da situação histórico-social. Como ele era aceito pré-formado, do mundo cultural europeu, a sua incorporação a sistemas de concepção do mundo vinculados à sociedade brasileira muitas vezes exigiu reelaborações de sentido paradoxal." (Fernandes, 1955a:181-182). Nesta análise, ainda basicamente descritiva, o que aparece como central ao raciocínio é o desequilíbrio entre pensamento, economia e sociedade, no caso em que o saber utilizado é saber transplantado de outro universo, no qual sua produção e seu uso pertenciam a um quadro global que se supõe equilibrado.

Florestan a atribui à dominação patrimonialista, ao horizonte intelectual modelado por essa forma de dominação e ao tipo de desenvolvimento institucional que ela propiciou. Avalia que "o desenvolvimento institucional da sociedade brasileira, durante o século XIX, foi insuficiente para criar as condições que são indispensáveis à

formação de um saber racional autônomo, capaz de evoluir como uma esfera especializada de atividades intelectuais. Daí a necessidade de apelar para os centros exógenos de produção de saber racional, toda vez que as exigências da situação histórico-social tornavam aconselhável ou inevitável o recurso a técnicas e a conhecimentos que possuísem fundamento racional. O próprio ensino superior se constituía, rapidamente, em uma maneira de organizar essa relação de dependência cultural diante dos países europeus. O meio social ambiente não desencadeava forças culturais suficientemente fortes para estimular um novo estilo de pensamento ou para incentivar a transformação homogênea das escolas superiores em centros de pesquisa original" (Fernandes, 1955a:183).

Se o processo cultural não era dotado de dinamismo próprio, Florestan procura as razões na situação "interna" do país. Entende que se trata de incapacidade de produção cultural autônoma, devida a debilidades de natureza institucional, por sua vez decorrentes da organização política "interna" e das relações sociais que a conformavam. Por isso, a dependência cultural é identificada como sendo provocada pelo próprio país dependente, que, em determinadas circunstâncias, sente "a necessidade de apelar para os centros exógenos de produção do saber racional". Deste modo, a falta de produção intelectual criadora, original, autônoma é pensada fundamentalmente como decorrência da herança cultural e social da nossa sociedade, por sua origem na aristocracia agrária.

Quanto a chamada revolução burguesa no Brasil, a burguesia associou-se, conscientemente, à burguesia internacional, para garantia de manutenção de seus interesses, bem como controlou a participação popular com vistas em impedir qualquer possibilidade de construção de uma revolução "fora da ordem", ou seja, que tivesse como horizonte uma revolução contra a sua própria ordem.

A análise de Florestan preconiza que o processo da Revolução Burguesa, que possibilitou o capitalismo competitivo e, depois, o monopolista, possui particularidades em relação às experiências "clássicas" europeias e dos Estados Unidos da América. Mais precisamente: trata-se de uma "revolução não clássica". O que é particular no Brasil não é a distinta temporalidade (seu caráter retardatário): não há repetição da história dos países do núcleo hegemônico nos países ditos subdesenvolvidos (Fernandes, 1968, p. 340). O que é particular é a forma de articulação entre o

desenvolvimento desigual interno e o imperialismo, situação conceituada como "capitalismo dependente".

Em relação de dependência e subserviência da burguesia brasileira evidencia-se por meio da sistemática exportação do excedente econômico para a burguesia dos países centrais: O controle externo dos negócios de exportação e de importação, bem como da construção de uma rede moderna de comércio, bancos e outros serviços, redundavam num processo de capitalização para fora, ou seja, de exportação de excedente econômico como consequência da integração dependente na economia capitalista mundial (Fernandes, 1968, p. 46).

É nesse cenário que Florestan trata do papel da burguesia brasileira na implementação da revolução burguesa no Brasil, colocando a seguinte questão: “Se as classes dominantes das sociedades capitalistas subdesenvolvidas podem ou não realizar a revolução burguesa. A resposta a esta questão depende, naturalmente, do que se entenda por “revolução burguesa”. Se esta for definida historicamente e segundo o padrão do capitalismo auto suficiente e autônomo, seria óbvio que não. Porém, se se admitir que “revolução burguesa” significa um certo estado de tensão, pelo qual a economia capitalista se diferencia e se reintegra, então todo sistema econômico capitalista comporta uma “revolução burguesa”. Em regra, ela coincide com a transição do capitalismo comercial e financeiro para o capitalismo industrial (Fernandes, 1968, p. 96).

Florestan conceitua a revolução burguesa como: “...na acepção em que tomamos o conceito, revolução burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (Fernandes, 1975, p. 203).

Nesse sentido, a proposta de Fernandes é a construção de um arsenal político e teórico que objetive a ruptura com a lógica capitalista, com o projeto societário burguês, por meio de uma “revolução contra a ordem”. Como afirma Miriam Limoeiro Cardoso: “... assim, a transformação revolucionária da sociedade burguesa não pode prescindir de uma avaliação correta da dominação burguesa, abrangendo tanto as formas estabelecidas quanto os conflitos criados pela exploração e pelo controle do trabalho por

REVISTA CIENTÍFICA FAL. ISSN 2526 – 6225 – VOLUME 3, NUMERO 1, ANO 2018/JANEIRO A JUNHO.

parte do capital. Ao dirigir o pensamento e a pesquisa para tais questões cruciais de uma dada organização/transformação em curso, a busca é a de um conhecimento para ser aplicado na construção prática da transformação da realidade. É a busca da produção de um conhecimento necessário a essa transformação. Essa lição Florestan Fernandes nos dá (Cardoso, 1987, p.248).

Florestan rompe por completo com a compreensão de que as frações burguesas locais poderiam conduzir uma "revolução dentro da ordem", de natureza republicana e democrática, em que as políticas sociais universais poderiam avançar. Somente pela ação protagônica dos subalternos tais reformas poderiam ser encaminhadas de modo resoluto.

DESENVOLVIMENTO AUTONOMO PELA REVOLUÇÃO SOCIAL

Em toda a sua produção sociológica, Florestan Fernandes sempre considera as forças sociais e suas relações referidas ao econômico, ao político ou ao cultural. Variam os enfoques adotados e, conseqüentemente, a relevância analítica atribuída às forças sociais. Variam também as dimensões que são privilegiadas, dependendo do objetivo do estudo.

Quando, porém, Florestan Fernandes teoriza o subdesenvolvimento em termos de capitalismo dependente, traz as classes sociais para o centro da sua formulação teórica, conferindo a elas um papel decisivo, o que vem alterar substancialmente os termos da questão. Nesse movimento, constitui uma abordagem e uma teorização efetivamente novas "da questão do desenvolvimento", o que o singulariza entre os teóricos que se situam no campo crítico do "subdesenvolvimento".

Em 1960, aponta firmemente para a necessidade da inclusão das classes sociais no esquema analítico. Para ele, "as questões relacionadas com o desenvolvimento caem na esfera de consciência social dos homens. Elas fazem parte da porção do ambiente social que se está incorporando ou tende a incorporar-se ao sistema organizatório da sociedade, havendo por isso um mínimo de conformidade na percepção, na interpretação e na avaliação delas pelos agentes humanos". Alerta, porém, para a "existência de imensa gama de flutuações na maneira pela qual as classes sociais em presença tomam consciência, apreciam axiologicamente e procuram tirar proveito,

mediante comportamento grupal organizado, das mudanças sociais em curso. Tais condições dependem, naturalmente, dos interesses, valores e estilos de vida social de cada classe, o que introduz elementos inevitáveis de divergência e até de conflito no comportamento coletivo dos homens, quaisquer que sejam os objetivos comuns, compartilhados de forma mais ou menos consciente" (Fernandes, 1960a:141; 1960b: 237).

O desenvolvimento é sempre obra dos homens. Quanto mais dificuldades e resistências se opuserem a ele, mais ele depende da consciência social dos homens. Para Florestan, a consciência social precisa ser pensada com relação às classes sociais enquanto sistema: "As classes sociais definindo-se umas quanto às outras, com seus interesses, sua capacidade de percepção, de organização e de ação específica. Seus interesses tendem a definir suas aspirações e seus movimentos de aproximação ou de afastamento das demais classes, grupos e camadas sociais. Mas este nunca é um processo direto e imediato, muito menos mecânico. Ele é sempre mediado pela consciência que se tenha dos próprios interesses e das possibilidades da sua satisfação" (Fernandes, 1955a:185).

Por outra vertente, Florestan pensa as "questões do desenvolvimento" através da categoria de heteronomia. Para ele, é claro que, "se a ação deliberada dos homens na sociedade depende da consciência social, depende também, antes, das condições objetivas da realidade onde essa consciência se forma e para onde aquela ação se volta. As condições objetivas da realidade cultural subdesenvolvida apresentam caracteristicamente insuficiência de recursos racionais de pensamento e de ação" (Fernandes, 1955a:185).

Não é toda a sociedade que se encontra mobilizada pelo desenvolvimento e para ele. E apenas "uma porção do ambiente social", porção que, sabemos, é significativa na ocasião e é socialmente diferenciada, no sentido de abrigar diferentes setores produtivos e, por conseguinte, envolver classes, camadas e grupos sociais distintos. Apesar dessa diferenciação interna, porém, em tal "porção do ambiente social" existiria "um mínimo de conformidade na percepção, na interpretação e na avaliação delas pelos agentes humanos". Ou seja, Florestan admite que há um processo de transformação social da realidade objetiva que está em curso e que há uma parcela da sociedade que percebe,

interpreta e avalia essa transformação de forma minimamente comum. Isto quer dizer que, a par da transformação objetiva, também está ocorrendo um processo de formação de consciência social.

Os cientistas sociais encontram oportunidade e mesmo um certo nível de dever de oferecer à sociedade os conhecimentos que tenham conseguido elaborar sobre ela e que possam ajudar a entender acontecimentos e razões, que de outro modo não estão à disposição das pessoas em geral. De acordo com Florestan, "parece que cabe aos cientistas sociais latino-americanos extrema responsabilidade perante as transformações por que passam os seus próprios povos. Eles não podem isentar-se de sua condição participante de cidadãos – e de cidadãos que podem enxergar mais longe no mundo nebuloso em que vivemos. ... Os cientistas sociais não podem recuar, por temor à incompreensão e às consequências dela decorrentes, diante do dever de contribuir para o esclarecimento dos espíritos e a orientação positiva dos movimentos sociais. Mesmo que sua influência seja neutralizada, terão feito o que lhes competia na esfera de suas responsabilidades intelectuais e morais, colocando os conhecimentos da ciência ao alcance dos homens de ação e da opinião pública" (Fernandes, 1960b:243 e 244).

Para Florestan, à responsabilidade científica sempre se agrega ou deve agregar-se a responsabilidade social do cientista. No caso de países dependentes, ele julga que essas responsabilidades se tornam ainda maiores. Nestas suas reflexões, podemos perceber em funcionamento sua crença na razão e na ciência e seu discernimento quanto às dificuldades à sua recepção, seja pelo poder, seja pela opinião geral.

Florestan dedica sua atenção e seu esforço nas três direções apontadas: aprofunda sua análise da heteronomia ou dependência como explicação do subdesenvolvimento, atua no sentido de contribuir para a elevação da consciência social e não só desenvolve substancialmente suas pesquisas sobre as classes sociais no Brasil, como abre uma linha de investigação específica sobre a questão da "revolução burguesa" no Brasil, como visto anteriormente.

Florestan leva muito a sério o condicionamento da produção de ideias pela inserção social de quem as formula. Para localizar e definir um problema, é preciso ter o que ele chama de "sensibilidade" para o problema, que é maior – pelo menos, tende a ser maior – para quem sofre o problema, e não para quem ganha com ele. Assim, **Revista Científica FAU. ISSN 2526 – 6225 – Volume 3, Número 1, Ano 2018/janeiro a junho.**

acredita que os pesquisadores oriundos dos países dependentes tendem a ter mais sensibilidade para as questões envolvidas pela dependência do que os pesquisadores oriundos dos países "mais avançados". Desta forma, não considera as "explicações" diferenciadas do problema "subdesenvolvimento ou dependência" em termos meramente teóricos, mas tenta estabelecer nexos sociológicos entre tipos de produtores e tipos de produto.

Quando Florestan explica o subdesenvolvimento como sendo "gerado, condicionado e regulado a partir de fora", a consequência direta desta explicação é que, para anular o efeito, se ataque a sua causa, ou seja, que "a ruptura do subdesenvolvimento se identifica com o repúdio ao capitalismo dependente", o qual "só pode desencadear-se a partir de dentro". A condição para sair do estado de subdesenvolvimento é opor-se à condição de dependência. Não é, pois, o "desenvolvimento" que será capaz de vencer o "subdesenvolvimento". Sob a dependência, é "de dentro" que pode surgir o processo de negação da ordem capitalista dependente.

Florestan negou a proposta desenvolvimentista da necessidade da "união nacional" para a aceleração do desenvolvimento – desenvolvimento esse que, afinal, era internacionalizado e reprodutor das relações de dependência causadoras do próprio subdesenvolvimento contra o qual se apelava à "união nacional". Em lugar da necessidade da aceleração do desenvolvimento, Florestan colocou a necessidade do fortalecimento da revolução social, como condição mesma daquela aceleração.

No início de 1967, e sempre a partir da perspectiva do desenvolvimento autônomo, Florestan vai dar ênfase à necessidade da construção política de uma vontade nacional. Preocupa-o "a integração do Brasil como uma sociedade nacional e sua posição no conjunto das demais sociedades nacionais que compartilham da mesma civilização". Sua orientação é bem clara: "o que deve nos interessar é o modo de participar do padrão dessa civilização" (Fernandes, 1967a:177). O desenvolvimento não é um 'problema econômico' e tampouco um 'problema social', um 'problema cultural', um 'problema político' etc. Ele possui o caráter de um problema macrosociológico, que afeta toda a organização da economia, da sociedade e da cultura e que diz respeito,

essencialmente, a todo o 'destino nacional', a curto ou a longo prazo" (Fernandes, 1967a:177-178).

As razões para que se produza o "querer coletivo" que conduza a luta contra a ordem social estabelecida se fará por força de necessidades e de conflitos sociais. Para Florestan, "apesar das instituições e dos valores sociais vigentes, a ordem legal criada pela República não abrange, equitativamente, todas as camadas sociais de todas as regiões do País. Tudo se passa como se os direitos e as garantias sociais, assegurados por essa ordem legal, fossem privilégios inconfundíveis das minorias que possuem condições econômicas, sociais e políticas para desfrutá-los e como se fosse indiferente, para a existência e para o futuro de uma sociedade nacional, que três quartos da sua população estivessem parcial ou totalmente banidos de suas estruturas de poder. " (Fernandes, 1967a:179-180).

As linhas mestras já tinham sido indicadas desde 1960, tanto no que diz respeito à percepção da condição de dependência, quanto no que se refere à concepção da necessidade da aceleração da "desagregação da ordem social existente" (Fernandes, 1960b:264), esta porque se necessitava de "mudança qualitativa e de sincronização dos processos de mudança progressiva, inconciliáveis com os padrões dominantes de organização da personalidade, da sociedade e da cultura" (Fernandes, 1960a:156; 1960b:261).

Nos textos de 1967, sua exposição especifica melhor as razões daquele caráter inconciliável. Sua análise identifica a condição de dependência, em nível externo e em nível interno. Externamente, ela tem como ponto fundamental ser uma relação definida pelo modo de participação das sociedades nacionais no padrão da civilização de que fazem parte, modo do qual resulta a situação de dependência. Internamente, a condição de dependência se exprime numa ordem social injusta e excludente, caracterizada pelo privilégio das minorias e pelo banimento das estruturas de poder de três quartos da população.

Por outro lado, Florestan expressa o objetivo que está valorando: a constituição da nação, dona do seu próprio destino histórico, capaz de alterar sua posição relativa diante das outras nações. Na argumentação de Florestan, tal objetivo supõe a reversão da condição de dependência, o que, por sua vez, não será possível sem a profunda

Revista Científica FAL. ISSN 2526 – 6225 – volume 3, número 1, Ano 2018/janeiro a junho.

transformação da ordem social vigente. O primeiro requisito estrutural e dinâmico apontado para a constituição da sociedade nacional é "a destruição de estamentos e grupos sociais privilegiados".

A sociedade nacional não é unidade de análise, não é referencial teórico, é objetivo político, é projeto, que, para concretizar-se, precisa da constituição e da ação de um "querer coletivo", este não como uma vontade consensual, mas como vontade nacional, que os três quartos de banidos das estruturas de poder possam opor ao privilégio das minorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise feita por Florestan Fernandes sobre a economia brasileira estar inserida no sistema capitalista dependente, em razão da subordinação aos interesses econômicos e políticos nas nações homogêneas, indica que a articulação das lutas de classes são desafios éticos e políticos a serem enfrentados na pavimentação do caminho de ruptura com a ordem burguesa. A articulação entre heteronomia racial e heteronomia econômica não é um subproduto histórico de um Brasil colonial, não constitui um erro de percurso ou ainda a persistência de um traço a ser corrigido, mas um fenômeno apropriado pelo capitalismo dependente em seu movimento de conformação ou de criminalização, pelo encarceramento ou pelo extermínio, de uma massa de trabalhadores que não são incorporados sequer aos desígnios da ordem burguesa.

O capitalismo dependente está constituído historicamente sob essa associação e romper com a heteronomia econômica, política e social, assim, é, portanto, parte dos desafios éticos e das ações políticas para ruptura com o próprio capitalismo.

Florestan acredita que o rompimento por completo com a compreensão de que as frações burguesas locais podem conduzir uma "revolução dentro da ordem", dar-se-á um avanço as reformas em políticas sociais universais, realmente absolutas para as transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas. Assim, somente pela ação protagonica dos subalternos tais reformas poderiam ser encaminhadas de modo resolutivo.

Nesse sentido, a proposta de Florestan Fernandes e a construção de um arsenal político e teórico que objetive a ruptura com a lógica capitalista, com o projeto societário burguês, por meio de uma “revolução contra a ordem”.

Por isso, para pensar em um projeto nacional de desenvolvimento, faz-se necessários o fortalecimento de um projeto que tenha como princípio e objetivo a ruptura econômica, política e cultural com o capitalismo dependente, assim como a retomada de debates nos marcos das contradições entre capital e trabalho, considerando a luta de classes como elemento político central e a consequente superação do discurso reformista de conciliação dos interesses antagônicos das classes sociais.

Assim, portanto, esses elementos fundamentais são para subsidiar a construção de um projeto de desenvolvimento para o Brasil que venha a romper com a lógica burguesa, construindo, pelas lutas e resistências organizadas pela classe trabalhadora, uma revolução “contra a ordem”.

BIBLIOGRAFIA DE FLORESTAN FERNANDES

Tendo em vista que o estudo que fundamenta este artigo pretende acompanhar parte da trajetória de criação intelectual de Florestan Fernandes, é sobretudo importante identificar, em cada texto de sua autoria, com a máxima precisão possível, o momento de sua produção. Assim, são referidas as datas indicadas pelo próprio autor como sendo aquelas em que escreveu os textos ou as de sua primeira apresentação pública em seminários, colóquios etc., além das datas de publicação. Ao longo deste artigo, as referências bibliográficas de Florestan Fernandes apontam a data em que o texto foi escrito ou apresentado em público pela primeira vez.

(1955a). *Ciência e sociedade na evolução social do Brasil*. São Paulo, Revista Brasiliense, n. 6, jul./ago. 1956, (republicado como cap. III de FERNANDES, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil, ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira*. São Paulo, Anhambi, 1958).

(1960a). *Esquema y ritmo del desarrollo en América Latina*. Documento "apresentado ao grupo de trabalho sobre Aspectos Sociales del Desarrollo Económico en América Latina, México, DF, 12 a 21 de dezembro de 1960, texto sob forma condensada. Publicado como cap. VIII de DeVRIES, Egbert e José Medina ECHAVARRIA (eds.). *Aspectos sociales del desarrollo económico en América Latina*, v. I. Bélgica, Unesco, 1962 (republicado in CARDOSO, Fernando Henrique et al, *América Latina: ensayos de interpretación sociológico-política*. Santiago, Editorial Universitaria, 1970).

(1960b). *Padrão e ritmo de desenvolvimento na América Latina*. Documento apresentado ao grupo de trabalho sobre *Aspectos Sociales del Desarrollo Económico en América Latina*, México, DF, 12 a 21 de dezembro de 1960, texto integral. Publicado como cap. 8 de FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1962 (2ª ed. reorganizada e ampliada, Rio de Janeiro, Zahar, 1976. As citações são extraídas da 2ª edição).

(1967a). *O desenvolvimento como problema nacional*. Versão condensada da conferência realizada no Centro Acadêmico André da Rocha, 13 mar. 1967, sob o patrocínio de vários Centros Acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Publicado como cap. 4 de FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, cit.

(1968) *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.

(1975) *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2a ed. Rio de Janeiro, Zahar.

CARDOSO, Mirian Limoeiro (1987). “Sobre a revolução burguesa no Brasil”. In: D’Incao, Maria Angela (org). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro. Paz e Terra/São Paulo, Universidade Estadual Paulista (UNESP).

MARIOSIA, D.F. *Florestan Fernandes e a sociologia como crítica dos processos sociais*. 2007. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.